

“População Tradicional”, Meio Ambiente e Conflitos: um estudo sobre as relações entre os poderes públicos e os atores locais envolvidos no Parque Estadual da Serra da Tiririca – RJ

Juliana Lopes Latini¹

UFRRJ/CPDA

CAPES

O tema geral da pesquisa insere-se na discussão sobre as políticas ambientais implementadas no Brasil e o desafio da presença humana em Unidade de Conservação. A pesquisa, ainda em andamento, baseia-se em estudo de caso no Parque Estadual da Serra da Tiririca² e busca analisar as representações sociais sobre a unidade de conservação dos “grupos tradicionais” que vivem em seu interior. A recente declaração dos limites definitivos do Parque Estadual da Serra da Tiririca, e a regulamentação da legislação estadual contemplando a presença de populações tradicionais em áreas protegidas estaduais, proporcionaram novas dinâmicas e diversos conflitos na vida e no cotidiano desses grupos.

A pesquisa tem por objetivos analisar as formas de ocupação, exploração e proteção do meio ambiente local e, a partir das representações sociais desses grupos, analisar os conflitos sociais, as disputas, a construção de identidades e a negociação de interesses diversos, ou mesmo contraditórios, a partir da criação e gestão desta Unidade de Conservação.

A metodologia de pesquisa se baseará no método etnográfico, com ênfase na observação participante e em entrevistas qualitativas, além de pesquisa bibliográfica e arquivística. O lócus de referência do trabalho de campo será os espaços de moradia e de sociabilidade, buscando o acesso à vida social cotidiana, e esferas de discussão sobre a gestão do Parque Estadual da Serra da Tiririca, como por exemplo, o Conselho Consultivo.

Até o momento, foi possível levantar apenas algumas questões em relação aos desafios que esse modelo de Unidade de Conservação apresenta. Quais são os elementos para “reconhecer” uma população tradicional? Como são conciliados os interesses ambientais, culturais e sociais a partir dos Conselhos Consultivos? Como se dá a participação destes atores sociais no cenário político e qual a relação estabelecida entre estes e o Estado? Finalmente, quais as implicações da definição de “população tradicional”, uma vez que este grupo, por habitar uma área protegida pertencente ao Estado, terá que deixar de ser o que é em função da preservação do meio ambiente?

Referências

LOBÃO, Ronaldo. 2006. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo*: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social / UnB

SIMON, Alba. 2003. *Conflitos na Conservação da Natureza*: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT08/alba_simon.pdf.

BRASIL. 2000. Lei Federal nº. 9.985/00. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - Diário Oficial da União de 19/07/00. Brasília – DF

_____. 2007. Decreto da Presidência da República nº 6.040. (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, orientada pela Profª. Drª. Fátima Portilho; Pesquisadora associada ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa – NUFEPUFF.

² O Parque Estadual da Serra da Tiririca localiza-se na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo com limite as cidades de Niterói e Maricá.